

# Os dois lados do Brasil

ROBERTO DA MATTA

**O Bom Burguês** - Direção: Oswaldo Caldeira. Argumento: Leopoldo Serran e Oswaldo Caldeira. Roteiro: Doc Comparato e Oswaldo Caldeira. Fotografia e Câmera: Antonio Penido. Diretor de Produção: Alceu Mascari. Cenografia e Figurinos: Paulo Chada. Montagem: Gilberto Santeiro. Música: Paulo Moura. Elenco: José Wilker, Betty Faria, Cristiane Torloni, Anselmo Vasconcellos, Nelson Dantas, Nelson Xavier, Jardel Filho, Nicolle Puzzi, Paulo Porto, Jofre Soares. Produção: Encontro Produções Cinematográficas/Embrafilme S.A. Distribuição: Embrafilme. Duração: 1h40. 1983.

Quando era moda discutir nossa vida social em termos de categorias como "feudalismo", cunhou-se a expressão "dois Brasis". Creio que foi o cientista social francês Jacques Lambert quem a lançou, juntando-a à série de interpretações que viram a sociedade brasileira engolfada numa luta entre duas tendências contraditórias. Foi assim, por exemplo, que Euclides da Cunha viu o Brasil dividido entre sertão e litoral; Oliveira Vianna falou de uma oposição entre um norte negróide e um sul ariano; Gilberto Freyre assinalou como nossa civilização era marcada pela dualidade entre Casa Grande & Senzala e Alberto Torres indicou a terrível oposição entre um Brasil legal e um Brasil real. A legião de dualidades é interminável, culminando com as familiares lutas entre oprimidos e opressores, escravos e homens livres, cidadãos acima de quaisquer suspeitas e subversivos comunistas. Não se pode discutir tudo isso aqui, mas vale a pena iniciar esse comentário sobre o filme de Oswaldo Caldeira, apontando que ele — por tudo o que diz — talvez expresse uma mudança significativa na leitura do Brasil pelos brasileiros. Quero me referir ao fato de que em vez de falar de um Brasil dividido historicamente em duas partes obviamente distantes no tempo, no espaço e, sobretudo, em concepções de mundo e de política, ele prefira dizer que o Brasil é mais complicado porque tem dois lados. Não se trata de duas *etapas*, *partes* ou *capítulos*, mas de dois lados que são diferentes, embora sejam simultaneamente dados na dinâmica da vida brasileira. Duas vertentes contraditórias, porém, hierarquizadas e complementares. Nesta visão,

o problema não é o de uma luta necessária e generosa entre o lado progressista contra o atrasado, como se o Brasil fosse um gigantesco livro de história da Europa, onde a Idade Média dos coronéis estivesse convivendo por engano, e certamente pelas maquinações objetivas das elites, com o liberalismo radical dos empresários nacionalistas e políticos messiânicos. Mas é o de entender a convivência intrigante entre esses dois Brasis como fatos sociais contemporâneos e não como etapas históricas. E isso não é um jogo de palavras ou um truque de cinema.

Quando digo que o *O Bom Burguês* pratica uma leitura diferente do Brasil, vendo-o em seus relacionamentos sociais, aponto um caminho que eu mesmo trilhei quando escrevi *Carnavais, Malandros e Heróis*. De fato, a partir deste livro, tenho insistido numa leitura onde a linearidade da História (que é algo importante) é complementada pela perspectiva sociológica. Nela, o que poderia parecer anômalo, acidental ou até mesmo pervertido na abordagem histórica surge como parte de um sistema que tem significados atuais básicos para uma melhor compreensão da sociedade brasileira. Deve-se falar em oposições radicais sim, mas é preciso não esquecer das mediações e gradações que permeiam a história e a sociologia do nosso país, formando categorias tipicamente brasileiras como o "mulato", a "democracia coroada", o "branco-azedo", a "putinha de família", o "malandro", a "democracia relativa", o "preto-de-alma-branca", o "jeitinho" etc... Há, de fato, uma legião de categorias para realidades aparentemente contraditórias e certamente vistas como tal por calvinistas norte-americanos e europeus, que simplesmente espelham e dão sentido pleno a uma identidade social marcada pela relação e pela ambigüidade que permite juntar coisas situadas a distância em outros sistemas.

Creio que *O Bom Burguês* segue esse caminho. Não somente porque o filme fala com honesto destemor de um período trágico de nossa história, mas porque fala assumindo um ponto de vista comprometido com o entendimento das ambigüidades que fazem parte da sociedade brasileira. Assim, ao contar a história de um empresário-gerente que de forma malandra descobre um modo de lesar o banco onde trabalha e repassa generosamente seus lucros para organizações políticas clandestinas, o filme não assume uma postura partidária, preferindo uma posição política. Quero acentuar que o filme decide não dizer que há um Brasil partidariamente correto e crítico, um Brasil "conscientizado" e eticamente bom em contraste rigoroso com um Brasil ao inverso; para examinar os dilemas morais e políticos dos que se decidem por uma ação no limite entre a clandestinidade injusta e forçada e a brutalidade de uma violência ideologicamente justificada, mas moralmente turva. E isso vale para todos, já que todos têm que se encontrar com a ambigüidade de uma ética política dupla que, na fronteira entre o humano e o desumano, justifica tudo. Ao lado, portanto, das necessidades impe-



*Cristiane Torloni em O Bom Burguês: uma linha tênue separando o honesto do lícito e o ideológico do louco.*

riosas das racionalizações ideológicas *O Bom Burguês* traça com segurança o conjunto trágico dos personagens que não conseguem represar nos limites do partidarismo suas simpatias pessoais e dúvidas mais profundas.

Mas isso acontece num Brasil onde a atividade política estava suprimida. De fato, no Brasil do milagre e da repressão, a palavra “política” não deveria existir. Mas isso não impedia que houvesse política em tudo o que se pensava, dizia e fazia. Suprimir os canais de articulação do conflito e da crítica é equivalente a exportar o político para todos os cantos da sociedade. Assim, os gestos mais insuspeitos estão grávidos de política, os locais mais inocentes são palcos de pesadas tramas de poder; do mesmo modo que um gerente de banco “insatisfeito” — um bom burguês — pode encontrar a sua forma secreta de participação efetiva na política por meio de contatos secretos e atos moralmente duvidosos. É nessa linha tênue que separa o honesto do ilícito e o ideológico do louco que Caldeira trabalha. Coerentemente com isso, o filme se atualiza por meio de ações paralelas. Uma que transcorre à luz do mundo burguês do consumismo desvairado, regado a vinho branco. E outra que se passa no universo dos grupos que só podem fazer oposição direta ao regime na plena clandestinidade. Mas isso não é tudo porque cada um desses planos também tem suas vertentes e contrapartidas. De tal sorte que se pode enxergar uma teia de ambigüidades rebatida tanto no Brasil burguês e oficial quanto no universo político da clandestinidade. Pois se o Brasil do milagre tem a prosperidade, ela esconde as negociatas que com a conivência do governo corriam por baixo do pano, junto com o “livro de ouro” que ambiguamente usava a repressão como arma para obter favores do governo, e o governo para eliminar os competidores. Do mesmo modo, o grupo guerrilheiro tem o seu lado claro e oficial — a vertente demarcada pela consciência ideológica que não admite dúvidas — e o seu lado oculto e paradoxal, tecido por meio de discórdias, dúvidas e críticas que se alimentam por um quotidiano avassalador cujas contradições ultrapassam as fórmulas feitas. Entre todos esses planos que se interligam como forma e fundo de uma mesma realidade, circula o personagem central e não é por acaso que ele sempre tem os olhos vendados quando faz seus movimentos mais importantes. Também não é à-toa que ele carrega uma elegante maleta de executivo, espécie de caixa de surpresas a esconder os materiais com os quais se pode inverter e modificar a sociedade onde vive e trabalha como um “bom burguês”. Nesse paralelismo corre o filme apoiado num esqueleto dramático que é a história de dois casais envolvidos nesta ação política tragicamente proibida. O do “bom-burguês” cuja vida tem uma ponta no mundo “honesto” dos bancos, família e aspirações de consumo de classe média brasileira; e o casal de guerrilheiros, cujo mundo social é feito de certezas que se enfeixam numa ideologia política acabada que informa mo-

ralmente a ação do grupo nas suas “expropriações”. No decorrer da história, o elo entre esses casais fica invertido. A relação entre o bom-burguês e sua mulher se torna mais difusa na medida em que a atividade do herói se aprofunda e a ambigüidade de sua ação ganha mais densidade moral. Assim, uma relação matrimonial que era esplendidamente definida, passa a ser questionada pela mulher que, finalmente, apresenta ao marido o paradoxo fundamental de todo o filme, apontando para ele e para nós onde estava o ponto de partida, o fiel da balança, se todos, afinal de contas, tinham rigorosamente duas caras, duas moralidades e viviam em dois mundos. O oposto ocorre com o casal guerrilheiro que vai percebendo suas relações como cada vez menos coerentes com a de um mundo fechado pela clandestinidade de ideais políticos pequenos porque jamais poderiam passar pela discussão complicada e plena da sociedade envolvente e inclusiva. Assim, enquanto o movimento dramático do bom-burguês e sua mulher é no sentido do quase-estilhaçamento de suas relações, o movimento do casal de guerrilheiros — ao contrário — é no sentido de uma revelação cada vez mais honesta e mais rica de suas vidas “reais”.

Nesta evolução, creio que um ponto a ser destacado é o sucesso do herói como operador de um negócio fácil e crescente, embora arriscado. Conseguindo entrar com enorme facilidade na alta barriga do poder, Jonas, o bom-burguês, logo é capaz de apresentar um problema para ação política que desenvolvia. Quero me referir à aparente incompatibilidade entre as organizações clandestinas e o sucesso financeiro. De fato, o que poderia significar para uma organização de guerrilha obter todos os recursos necessários a sua sólida implementação na sociedade como dona de hospitais, agências de viagens, hotéis, redes de lojas e outras promessas acenadas como possibilidades concretas pelo “bom-burguês”? Seria ele um autêntico “renunciado do mundo”, um “messias”, como manda o figurino ideológico das organizações clandestinas; ou seria um empresário inovador perdido num momento histórico errado? Realmente, sua postura diante do mundo e da ação revolucionária contrasta fortemente com a do Comandante Raul e com a dos senhores do Partidão como a de um endiabrado empresário Schumpeteriano diante de líderes messiânicos que, tal como fez Antônio Conselheiro, equipararam a transformação da sociedade como algo próximo ao fim do mundo. Assim, enquanto que para o Comandante Raul a luta revolucionária era um ato de abnegação guardando essa ideologia de renúncia do mundo como uma motivação permanente e fundamental, para o Jonas-bom-burguês, ela era muito mais um instrumento transformador da sociedade. Para ele, revolucionar era equivalente a entrar na sociedade, não a abandoná-la para construir algo paralelo e radicalmente diferente. Pela mesma lógica, a revolução para Jonas era algo a ser gerenciado com imaginação e recursos, algo

## *Trata-se da questão da ambigüidade como valor da sociedade brasileira*

a ser implementado racionalmente com o uso dos meios oferecidos pelo próprio sistema. No fundo é o velho dilema entre realizar a transformação de dentro (como o Jonas no ventre da baleia) ou de fora. Mas é precisamente essa racionalidade e esse senso de oportunismo que apavora os grupos revolucionários que, de resto, ainda competem entre si pela verdade. Pois para eles, a revolução seria uma guerra santa e justa, jamais um negócio profano e eventualmente lucrativo e bem sucedido.

Para finalizar como comecei, gostaria de comentar um último ponto. Trata-se da questão da ambigüidade como valor da sociedade brasileira e como ponto crítico da ação política que assume a violência como foco e opera com duas faces morais: uma ética dupla. Aqui, é a mulher de Jonas quem parece tocar no fundo da ferida. Quero me referir ao momento em que ela se descobre vivendo uma vida dupla, naquela via estreita que divide a honestidade política e a generosidade libertária da crassa desonestidade como dos ladrões de banco. É quando ela se dá conta que todos têm dois lados. Ela porque sabe e não pode falar: a sua honestidade como cidadã está cancelada pela sua lealdade como mulher brasileira. Os guerrilheiros porque assaltam e matam, mas tudo isso é neutralizado pelos seus ideais políticos que pretendem libertar da miséria e da opressão o povo brasileiro que lhes é profundamente desconhecido. O grupo que está no poder porque ele prende, tortura, assassina e rouba em nome da pátria e do Brasil. E, finalmente, o bom-burguês que está em todos e *entre* todos esses grupos. “Coitado do Brasil”, diz a mulher em desespero, verificando a tragédia de um país que tem tantos revolucionários! No fundo, seu grito de perplexidade tem a ver com o problema da ação política fundada no jogo que a ambigüidade da ausência de regras acaba permitindo. Se estamos de acordo que tudo tem um sentido moral e sempre implica não só em mediações específicas, como também em controle de decisões e sofrimento humano. Roubar dos ricos para dar aos pobres é algo muito bonito se não implicasse também numa dupla moralidade que pode permitir a perda da identidade política e o casuísmo autoritário. Neste

sentido, o filme apresenta a questão da democracia como um movimento onde todos compartilham de uma mesma moralidade. Como um jogo de futebol onde as regras são válidas para todos e os vencedores e perdedores se alternam no poder. Porque se o plano da moral de ambigüidade permite esse *beau geste* político ao estilo de Robin Hood, ela — pela mesma lógica — também permite que a repressão se estruture como moeda corrente da sociedade, brutalizando os mais elementares direitos da cidadania. Ao Robin Hood que opera na dupla moralidade de uma proposta política discutível, porque fechada, o sistema responde com o seu famoso “guerra é guerra” e com o tradicional e brasileiríssimo “paga o justo pelo pecador”, nos conhecidos modelos da suspensão automática dos direitos de todos (que é o que se deseja realmente), tomando como justificativa a ação de alguns. No fundo, creio que o *O bom burguês* nos incita a pensar que trocar o humano pelas certezas ideológicas é esquecer que fazer política não é só realizar desejos, no voluntarismo infantil de quem não mede as implicações do que quer, mas é — acima de tudo — a nobre arte de construir sentidos e quase sempre de inventar moralidades. Deste ângulo, o político exemplar não é quem tem duas caras: uma para a casa, a família e os amigos, e outra para a rua; uma que rouba e outra que faz; uma que tem projetos e outra que elimina os adversários, mas é quem tem uma só cara. Aquela que pretende juntar à sua moralidade como cidadão, as outras que ele poderá ter como pai, filho, marido, irmão, amigo, trabalhador, compadre e pessoa no seu sentido mais amplo e brasileiro do termo. Porque se continuarmos a crer que política é atividade sem moral, ou melhor, se continuarmos a supor que o campo da política é aquele onde se pode tirar vantagem de tudo e fazer tudo o que se deseja, então podemos terminar como esse Jonas do filme. Esse bom-burguês que acabou sendo engolido pela baleia.

---

ROBERTO DA MATTA é antropólogo, professor e ensaísta.

---